

Aprendizado, o grande desafio da nova legislatura

» RUY ALTENFELDER — Presidente emérito do Centro de Integração Empresa Escola (Ciee)

» HUMBERTO CASAGRANDE — CEO do Ciee

Nossa juventude viveu um período de grande expectativa nos últimos meses do ano passado, com a perspectiva de que fosse finalmente aprovado, pelo Legislativo, o Estatuto do Jovem Aprendiz, marco regulatório da aprendizagem. Havia motivos de sobra para essa ansiedade: com o estatuto, o país dará um passo importante para resolver, ou ao menos amenizar, o grave problema da empregabilidade do jovem. Para surpresa e decepção dos que viveram essa expectativa, no entanto, o texto não foi aprovado. Sob pressão de setores mais retrógrados do empresariado, aconteceu uma manobra legislativa e a votação ficou para a atual legislatura, que teve início no princípio de fevereiro.

O baque desse adiamento foi forte, mas não paralisante. Aqueles que desejam realmente ver esse grave problema encaminhado na direção correta têm agora a esperança de que os parlamentares que acabam de tomar posse voltem a priorizar o Estatuto do Aprendiz. Mais do que relevante, essa retomada será fundamental para os milhões de jovens em busca de emprego e, por extensão, para todo o país, que com esse novo impulso ganhará um arcabouço sólido e bem fundamentado como base para a melhoria de vida de grande parte da população.

Os números mostram que o assunto requer soluções urgentes. Basta lembrar que o novo marco estabelece as bases para que o número de aprendizes dê um salto dos atuais 500 mil para 1 milhão de jovens a médio prazo. O novo estatuto fará também com que deslanchem programas como o Jovem Aprendiz, do Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee), que, de acordo com o Datafolha, tem se mostrado importante impulsionador dessa área. Segundo o levantamento, três em cada quatro egressos atingiram o objetivo do programa, ou seja, estão estudando ou trabalhando. Além disso, 53% desses jovens continuam no mundo do trabalho e 37% são assalariados registrados, enquanto 43% estão cursando nível superior.

Mais ainda, o Datafolha mostrou que, na média geral, 53% dos egressos acreditam que o programa Jovem Aprendiz contribuiu para o crescimento profissional e, igualmente importante, 36% tiveram crescimento pessoal e 27% ganharam mais experiência no mercado de trabalho. E ao menos 93% dos jovens concordam totalmente que o estudo é o melhor caminho para a realização profissional. Na Região Norte esse índice chega a 96% das respostas.

Além de fundamental para os jovens, o Estatuto do Jovem Aprendiz contempla também os empresários que, como se sabe, são grandes pagadores de impostos e geradores de



empregos. O novo arcabouço simplificou as regras de contratação, para que o empresariado cumpra as cotas e garanta a experiência positiva de aprendizagem, sempre preservando os direitos dos jovens.

Como lembra o relator do PL 6461, deputado Marco Bertaiolli, a manutenção de direitos como carteira assinada, salário mínimo proporcional à jornada de trabalho, 13º. salário e férias são importantes, assim como a duração de dois anos dos contratos com os jovens, que têm uma novidade importante no novo estatuto: a possibilidade de renovação desses contratos por igual período. Também pelo lado da qualidade do ensino, o novo marco regulatório oferece medidas de aperfeiçoamento.

O Estatuto do Aprendiz prevê maior controle sobre os cursos ofertados e sobre a qualidade dos capacitadores. Mantém as entidades sem

fins lucrativos nessa tarefa, pois depois que elas entraram em 2003, o número de aprendizes cresceu 10 vezes em relação à época em que era de atribuição exclusiva do Sistema S.

Com base em tantos aperfeiçoamentos, fica evidente que a nova legislatura terá que, sem demora, examinar o texto e verificar que sua aprovação não pode ser novamente adiada. A pauta que os novos parlamentares têm pela frente é extensa, mas nem por isso pode-se postergar o que é prioritário para o país. Nossos jovens e nossa sociedade não podem mais esperar. O arcabouço proposto pelo Estatuto do Jovem Aprendiz abre uma janela única de oportunidade e de esperança para esses brasileiros que poderão, com base no novo texto, enxergar um futuro promissor, além de agilizar a contratação dessa mão de obra pelo empresariado, que tanto precisa desse “oxigênio”.

Brasil e China na disputa geoestratégica da América Latina

» YCARIM MELGAÇO

Doutor em geografia, pós-doc em economia e em administração de organizações

A política externa brasileira do terceiro mandato iniciou-se em janeiro de 2023, com visitas aos países vizinhos Argentina e Uruguai. Esse primeiro contato aparenta uma tentativa de transformar o Brasil em líder regional ou, talvez sendo mais ousado, em um futuro representante do Hemisfério Sul. Na capital argentina, o mandatário brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, discursou para os membros da Casa Rosada, incluindo seu homólogo, Alberto Fernandez, e participou de uma cimeira regional com a presença de vários líderes sul-americanos.

Ao analisar a fala do presidente do Brasil diante das autoridades argentinas, pôde-se perceber um discurso, diria eu até carregado de boas intenções, por exemplo, como as de fortalecer o Mercosul, criar uma moeda única e, o mais desafiador, limitar o poder chinês na região.

Enquanto o Brasil ensaia os primeiros passos para uma geoestratégia latino-americana, a China já entrou no continente com toda a força arrastando para a América Latina um audacioso projeto denominado Nova Rota da Seda. Um plano territorial mundial é protagonizado para dominar o mundo e, claro, a América Latina integra as ambições chinesas através da política do soft power, ou seja, sem o emprego de armas de alto poder destrutivo do hard power.

Nesse contexto, a parceria estratégica sino-argentina, assinada em 2022, proporcionou ao governo do país vizinho financiar investimentos em obras de mais de US\$ 23,7 bilhões. Um milagre para um país com as finanças em ruínas. Tendo em vista que a Argentina carece de recursos para o financiamento de obras de infraestrutura para seu desenvolvimento, a oportunidade de acordo com os chineses é vista como ótima, e a China terá mais um país fornecedor de suas demandas por commodities, como grãos e minérios.

Vale lembrar que o Banco de Desenvolvimento da China, desde 2014, já havia destinado um empréstimo de US\$ 7,5 bilhões para a Argentina, que não podia acessar os mercados de capitais globais em razão de disputas sobre dívidas não pagas. Entre os acordos assinados naquela época, o destino de US\$ 4,7 bilhões seria para construir duas hidrelétricas na Patagônia e o de US\$ 2,1 bilhões seria para ajudar no financiamento de um projeto ferroviário há muito adiado a fim de tornar mais eficiente o transporte de grãos das planícies agrícolas da Argentina para seus portos.

Portanto, constatam-se não apenas os aspectos importantes da geoestratégia chinesa para a América Latina, inserido aí o avanço do Projeto da Nova Rota da Seda. Fora a

Argentina, entre 2000 e 2018, a China investiu US\$ 73 bilhões no setor de matérias-primas da América Latina, inclusive construindo refinarias e usinas de processamento de carvão, cobre, gás natural, petróleo e urânio.

Recentemente, Pequim alocou cerca de US\$ 4,5 bilhões na produção de lítio no México e nos chamados países do Triângulo de Lítio da Argentina, Bolívia e Chile. Juntos, a tríade contém mais da metade do lítio mundial, um metal necessário para a produção de baterias. Energia é insumo básico para o desenvolvimento de qualquer país. A PowerChina, pertencente à estatal Power Construction Corporation of China, tem mais de 50 projetos em andamento em 15 países da América Latina. Como é possível observar, a China, em silêncio, vai impondo seus tentáculos geoestratégicos por aqui.

Na contramão dessa corrida, segue o terceiro mandato, sem um projeto estratégico de política externa, pelo qual seriam detalhados os objetivos e a origem de onde viriam os fundos de investimento para atrair os países latinos. O BNDES, em outras momentos, serviu de financiador para investimentos no exterior, principalmente para obras da construtora Odebrecht. Na realidade, estamos mesmo muito distantes do dragão chinês. No mais, não custa nada sonhar e assim segue o terceiro mandato.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Amazônia me engana

Não se sabe muito bem o que vem a ser a tal “governança global” para os problemas climáticos ou, muito menos, o que vem a ser o convite para que os Estados Unidos venham a aderir ao Fundo Internacional, que conta com recursos da Alemanha e da Noruega, para a proteção e conservação da Amazônia. A primeira questão aqui é que essas novidades, projetos e convites são sempre anunciados no exterior, onde surgem prontos e acabados, pegando o restante da população de surpresa. Nem ao menos os ambientalistas sabiam das novidades. Não faz nem uma semana que o próprio chefe do Executivo criticava a interferência dos Estados Unidos em questões internas do Brasil. Em seus discursos, o atual presidente do Brasil não se cansa de criticar o grande irmão do norte, imputando-lhe ações do tipo imperialista sobre nosso país.

Uma outra questão, essa mais prática do que a primeira, diz respeito ao paradeiro e à prestação de contas sobre esses bilhões que são aportados para salvar a Amazônia. Trata-se de vultuosos recursos que acabam diluídos ao longo do caminho, onde estão ONGs, políticos, burocracia e outros entes que fazem esses financiamentos virarem poeira, lá na ponta onde seriam necessários.

Com os tribunais de contas e outras cortes superiores, o controle desses recursos e sua correta aplicação não podem ser acompanhados pela população. Por soar bastante intrigante, esse projeto surpreende. Essa tal “governança global”, foi tirada de imediato da cartola pelo atual presidente do Brasil em sua visita ao colega americano. Devido às diversas vezes que o chefe do Executivo brasileiro alertou e criticou acerca da intromissão criminosa dos países desenvolvidos na Região Amazônica, tal mudança de atitude faz acender a luz vermelha de que algo nessas tratativas precisa vir à tona e ser minuciosamente debatido no Congresso.

É preciso dizer: Biden, pelo nível de informação que tem acerca do atual presidente do Brasil, não nutre um naco sequer de confiança no atual governo brasileiro. Tampouco no presidente do Brasil, por seu passado turbulento, que foi aos Estados Unidos como alguém desconfiado, ou pelo menos recesso de que os milhares de pequenos credores e acionistas americanos, que investiram bilhões na Petrobras, poderiam causar contratempores nessa viagem.

Há mais. A intenção expressa de transformar a Amazônia em um centro de pesquisa compartilhado com o resto do mundo, bastando que para isso se pague uma taxa de adesão ao tal Fundo, soa suspeito e até fora de contexto, já que há décadas alemães, ingleses, franceses, japoneses e outros povo estão embrenhados nas matas brasileiras pesquisando e enviando amostras vegetais e animais para seus países, conhecendo a riqueza dessa região até mais do que os próprios índios.

Outra questão grave é colocar a Amazônia sobre o balcão de negócios internacionais, sob o falso pretexto de incentivos às pesquisas e preservação desse imenso bioma. O que os países desenvolvidos buscam — e todos nós sabemos disso desde a chegada de Cabral por essas bandas — são riquezas minerais, botânicas e outras, capazes de gerar lucros fabulosos para suas economias. O que é mais trágico em tudo isso é saber que a população pode estar, mais uma vez, sendo ludibriada com essa conversa de preservação da Amazônia. A princípio, a mudança da capital do Centro-Oeste para o coração da Região Amazônica seria a única solução para administrar toda aquela vasta área. Só que isso daria um trabalho danado, sob um calor infernal, e isso os políticos instalados em palácios refrigerados em Brasília não iriam querer nunca.

» A frase que foi pronunciada

“A floresta é um organismo peculiar de bondade e benevolência ilimitadas que não exige seu sustento e estende generosamente os produtos de sua atividade vital; oferece proteção a todos os seres, oferecendo sombra até ao homem do machado que o destrói.

Gautama Buda

Segura, Pião

» Firmado o compromisso do deputado Messias Donato, do partido Republicanos, de implementar políticas em defesa dos agricultores. A promessa está em sintonia com a declaração de Paulo Guedes, que comentou a queda do petróleo na Venezuela, da carne na Argentina. O agronegócio é importante para o Brasil e para os brasileiros.

Agenda

» Parece que esqueceram, mas há movimentos defendendo a CPI do dia 8. Muitas imagens foram coletadas para tirar algumas dúvidas. Se a esfera nacional não está interessada no assunto, a distrital se mobilizou. Um dos requerimentos é a presença de Antônio Claudio Ferreira, o mecânico que destruiu o relógio de Dom João VI que estava no Palácio do Planalto.

» História de Brasília

Quando se realizava um concurso de fantasia no baile de carnaval do Náutico Atlético Cearense, um garçon teve um ataque de hemoptise, morrendo instantaneamente. (Publicada em 15/3/1962)